Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 4

3.2 - Medições não contábeis 5

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 6

3.4 - Política de destinação dos resultados 7

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 8

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 9

3.7 - Nível de endividamento 10

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 11

3.9 - Outras informações relevantes 12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 13

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 16

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 17

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 23

4.5 - Processos sigilosos relevantes 24

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 25

4.7 - Outras contingências relevantes 26

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 27

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 28

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 29
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 30
5.4 - Outras informações relevantes 31

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 32
6.3 - Breve histórico 33
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 34
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 35
6.7 - Outras informações relevantes 36

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 41
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 42
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 44
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 45
7.9 - Outras informações relevantes 46

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 47
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 48
8.3 - Operações de reestruturação 49
8.4 - Outras informações relevantes 50

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 51
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 53

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 54

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 63

9.2 - Outras informações relevantes 64

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 65

10.2 - Resultado operacional e financeiro 68

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 70

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 71

10.5 - Políticas contábeis críticas 73

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 77

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 78

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 79

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 80

10.10 - Plano de negócios 81

10.11 - Outros fatores com influência relevante 82

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 83

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 84

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 85

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 88

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 89

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 91

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 92

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 93

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 95

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 96

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 97

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 98

12.12 - Outras informações relevantes 99

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 100

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 101

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 104

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 105

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 106

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 107

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 108

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 109

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 110

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 111

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 112

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 113

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 114

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 115

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 116

13.16 - Outras informações relevantes 117

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 118

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 119

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 120

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 121

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 122

15.3 - Distribuição de capital 126

15.4 - Organograma dos acionistas 127

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 128

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 129

15.7 - Outras informações relevantes 130

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 131

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 132

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 135

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 136

17.2 - Aumentos do capital social 137

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 138

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 139

17.5 - Outras informações relevantes 140

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 141

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 142

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 143

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 144

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 145

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 146

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 147

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 148

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 149

18.10 - Outras informações relevantes 150

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 151

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 152

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 153

19.4 - Outras informações relevantes 154

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 155

20.2 - Outras informações relevantes 156

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 157

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas 159

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 160

21.4 - Outras informações relevantes 161

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 162

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 163

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 164

22.4 - Outras informações relevantes 165

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Daniel Heberle**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Tozzo Alfredo**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1091-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Michelon & Puerari Auditores e Consultores S/S
CPF/CNPJ	09.356.626/0001-00
Período de prestação de serviço	26/04/2013
Descrição do serviço contratado	Revisão especial das Informações trimestrais (ITRs) de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro; Auditoria completa das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas da Companhia do exercício.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual dos auditores - R$ 100.800,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vicente Michelon	26/04/2013	266.906.080-34	Av. Borges de Medeiros, 308, conj. 81, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90020-020, Telefone (51) 30864434, e-mail: michelon@michelonauditores.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações julgadas relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	-249.174.378,51	-192.093.265,71	16.705.105,62
Ativo Total	213.191.934,66	271.280.076,92	274.913.713,54
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	225.096.003,27	300.631.523,00	0,00
Resultado Bruto	41.853.827,47	17.171.269,60	0,00
Resultado Líquido	-56.992.437,79	-231.210.955,01	-12.549.171,59
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	710.010.000	710.010.000	507.150.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	-0,350945	-0,270550	0,032939
Resultado Líquido por Ação	-0,080270	-0,325645	-0,024745

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Medições não contábeis e
b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Cálculo do LAJIDA (EBITDA) ajustado	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta (em R$ mil)	246.435	332.747	195.440
Receita Líquida (em R$ mil)	225.096	300.631	181.852
Resultado Operacional (em R$ mil)	13.269	(29.943)	(15.534)
(+) Depreciações e amortizações (em R$ mil)	6.891	6.295	5.198
(-) Receitas Financeiras (em R$ mil)	-	-	(7.302)
(+) Despesas Financeiras (em R$ mil)	-	-	16.086
(+/-) Itens não recorrentes (em R$ mil)	-	-	(9.700) [1]
= EBITDA AJUSTADO (em R$ mil)	**20.160**	**(23.648)**	**(11.252)**

Legendas:

[1]Ano de 2011	a) Outras despesas e receitas operacionais	7.543
	b) Indenizações trabalhistas	893
	c) Prov. Créditos de Liquidação Duvidosa	1.143
	d) Honorários sucumbenciais	121
	Total	**9.700**

3.2 c) O LAJIDA (EBITDA) é utilizado como uma medida de desempenho, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A Administração da Companhia acredita que o LAJIDA (EBITDA) é uma medida prática para aferir seu desempenho e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com a nota explicativa à instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, o mais simples conceito do LAJIDA (EBITDA) diz respeito ao *"montante dado pela adição, ao resultado líquido do período, tão somente dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões"*.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Descrição da política de destinação dos resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembléia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Importante: Nos três últimos exercícios, em virtude dos prejuízos não houve distribuição de dividendos nem retenções para formação de Reservas.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios a Companhia não distribuiu dividendos tendo em vista a ocorrência de prejuízos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos três últimos exercícios sociais não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	462.366.324,69	Índice de Endividamento	2,16877951	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	4.021.695,07	4.021.695,07	4.021.695,07	1.468.156,99	13.533.242,20
Quirografárias	368.692.789,62	28.616.710,39	25.761.791,24	25.761.791,24	448.833.082,49
Total	372.714.484,69	32.638.405,46	29.783.486,31	27.229.948,23	462.366.324,69
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. À Companhia

O emissor e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e podem obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. O emissor e suas controladas estão tomando medidas com vistas a suspender a exigibilidade de certos débitos tributários, e evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra ela e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções, sendo que, caso o emissor ou suas controladas não logrem êxito nessas medidas, é possível que tenham que efetuar desembolsos ou prestar garantias em juízo.

O emissor e suas controladas praticam uma consistente política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, entre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por elas contratadas são adequadas e/ou suficientes para garantir todas as eventuais perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades diárias. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, o emissor e suas controladas poderão incorrer em custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar nos resultados operacionais do emissor, causando efeitos adversos para os seus negócios.

É política do emissor, assegurar a contratação de seguros afim de resguardar seu patrimônio.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O emissor entende não haver riscos para a Companhia e suas controladas com relação aos controladores diretos e/ou indiretos.

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d. A suas controladas e coligadas
Os riscos relevantes relacionados às principais controladas e coligadas são os mesmos relacionados ao emissor.

e. A seus fornecedores
O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

f. A seus clientes
A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação, perecimento, adulteração, dentre outros. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue
O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu

4.1 - Descrição dos fatores de risco

poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

h. À regulação dos setores em que o emissor atue

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. Além disso, a Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais e sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais e sanitárias poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental ou da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Dentre os principais mercados de atuação, podemos citar países localizados no Oriente Médio, onde as constantes oscilações relacionadas a estabilidade política, podem, em determinado momento, acarretar interrupções nas operações comerciais, bem como a África do Sul, onde a instabilidade financeira igualmente pode acarretar a interrupção nas operações comerciais. Além disso, questões sanitárias como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, podem impactar nas transações comerciais do mercado externo.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 Comentários sobre a expectativa de redução ou aumento da exposição a riscos relevantes

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoração constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.
No momento, o emissor não tem expectativa de aumento ou redução na exposição dos riscos descritos acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. No encerramento do exercício, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, inexistem processos discutidos em âmbito administrativo, e os processos que estão sendo discutidos em âmbito judicial, tramitam em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, aproximadamente 10% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e aproximadamente 90% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Os processos fiscais foram parcelados através dos benefícios auferidos pela MP 470/09.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente.

a) Tributárias:
No final do exercício, a Companhia e suas controladas eram parte em 114 ações fiscais (judiciais e administrativas). Tais processos, por terem seus valores na grande maioria vinculados a processos de parcelamentos fiscais (sejam estaduais, sejam federais), os saldos encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, sendo corrigidos pelos índices aplicados a estes passivos (SELIC).

a.1) Crédito Premio de IPI:
No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a Companhia procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R$ 13.076 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STJ. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

direito da Companhia, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a Minuano.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela lei 12.249/2010 – MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a Companhia, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011, despacho decisório emitido pelo Delegado da Receita Federal de Santa Cruz do Sul, cancelando o Despacho Decisório e os Pareceres emitidos no ano de 2009 que indeferiam o pleito do pedido de Habilitação do Crédito, realizado no ano de 2006. A partir deste momento a Minuano administrativamente retomou a discussão quanto ao reconhecimento deste crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento), não se manifestando quanto ao período para fruição do referido crédito. Com base no posicionamento da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 29 de fevereiro de 2012. Diante das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a Companhia considera que as compensações já efetuadas serão reconhecidas pelo CARF com base no direito assegurado judicialmente.

a.2) Lei 11.941/2009:

A Companhia formalizou em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foram objetos de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/2009, sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade.

No quadro abaixo, estão demonstrados os montantes de débitos fiscais consolidados:

PARCELAMENTO LEI 11.941/2009	**Saldos Consolidados**
Passivo tributário objeto da Lei 11.941/2009	194.463
(-) Reduções da Lei 11.941/2009	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal	113.919

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da Companhia (vide nota 16). Os valores destes impostos estão sendo contestados, uma vez que por ter havido o estorno do

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a Companhia ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/2009 foram pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão conforme comentado anteriormente. Porém, tal procedimento não é objeto de reconhecimento por parte da Receita Federal do Brasil, e, em 16 de janeiro de 2013, noticiou a Companhia que os débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009 foram excluídos de tal modalidade de parcelamento. Tal exclusão está sendo objeto de análise por parte da Companhia que estará tomando as providências necessárias objetivando a reinclusão no referido parcelamento, bem como efetivar a discussão na esfera judicial do saldo de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio conforme já comentado anteriormente.

O saldo dos débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 está sendo informado nas Demonstrações Contábeis seguindo o preceituado no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta a necessidade de reconhecimento dos passivos no momento em que há uma obrigação presente (no caso os débitos), que seja resultante de um evento passado, os quais há uma expectativa de saída de recursos para o cumprimento da obrigação, e tal obrigação tenha condição de ser mensurada. Desta forma, considerando a consolidação efetuada pelo Fisco em 2012, o total dos débitos vinculados ao Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, foi devidamente recalculado e atualizado em R$ 262.407 mil. Este saldo está reconhecido na rubrica “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” no Passivo Circulante, uma vez que a exclusão se deu por inadimplemento de pagamentos, já que a Receita Federal do Brasil não reconheceu os pagamentos parcialmente realizados pela Companhia. Deste débito está deduzido o valor de R$ 6.208 mil já pagos pela empresa, uma vez que tais valores devem ser deduzidos do saldo de débitos devidos.

Os débitos que foram consolidados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/2009, originalmente foram objeto de compensação com créditos decorrentes do Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), cujo detalhamento foi dado na Nota 16. Conforme os Assessores Legais da Companhia, as probabilidades de êxito do recurso especial junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais são elevadas. Tal possibilidade de êxito fez com que a Companhia efetuasse cálculos preliminares do valor de crédito decorrente do direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), à alíquota de 15% apurado sobre as exportações ocorridas do período de 1982 a outubro de 1990. O valor bruto apurado, pela Companhia, com base nos critérios da sentença transitada em julgado é de aproximadamente R$ 205.174 mil. Considerando que o valor dos débitos objeto do Parcelamento Especial à época da compensação originalmente realizado é de R$ 94.862 mil, após a decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a Companhia fará a composição dos saldos junto a Receita Federal do Brasil, o que poderá resultar, no final, em um saldo de créditos ainda a ser utilizados pela Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

a.3) Processo nº 0053960-05.2005.8.26.0224 (224.01.2005.053960-0)
Juízo: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos (SP)
Instância: Primeira
Partes no Processo: Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A. (antiga denominação social da companhia controlada Companhia Minuano de Alimentos)
Valores bens ou direitos envolvidos: R$ 42.007.913,29
Principais fatos: Execução Fiscal relativa a glosa de Créditos de ICMS, com autuação fiscal mediante arbitramento sobre as operações mercantis efetivadas no Estado de São Paulo, em decorrência da não apresentação, na oportunidade, da documentação fiscal (3ª via das NFs de vendas em São Paulo) que se encontravam na sede da Companhia, na cidade de Jaraguá do Sul (SC)

Chance de perda: De acordo com a opinião do assessores jurídicos da Companhia *"A previsão de perda é **POSSÍVEL,** em vista do posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, na Exceção de Pré-executividade, relativamente ao fato de que as mesmas alegações já formuladas poderiam ser objeto de exame pelo Poder Judiciário, através de Embargos à Execução Fiscal, exigida a segurança do Juízo (penhora);*

Mediante a apresentação de Embargos, estando seguro o juízo pela penhora, possibilidade de EXTINÇÃO do débito, uma vez que a documentação fiscal (3ª via das NFs de vendas no Estado de São Paulo foi desarquivada e organizada e será apresentada nos Embargos à execução na produção de provas."

Análise do impacto em caso de perda do processo: O impacto será no valor da Execução Fiscal, porém reitera-se que a possibilidade de perda é **POSSÍVEL.**

b) ***Contingências possíveis:***

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível totalizam R$ 239.929 mil, distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

c) ***Cível:***

Em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas eram rés em 51 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para eventuais perdas em processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável no montante aproximado de R$ 5.739 mil conforme critérios de provisionamento mencionado anteriormente.

d) ***Trabalhistas:***

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 299 processos judiciais de natureza trabalhista. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, horas em itinere, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas mantinham provisão para perdas prováveis em processos judiciais de natureza trabalhista no montante aproximado de R$ 1.907 mil, com depósitos judiciais de aproximadamente R$ 2.135 mil efetuados. A Companhia e suas controladas provisionam os valores de perda provável dos valores discutidos desses processos.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

d.1) Horas Extras e Reflexos e Horas in Itinere: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho e horas in itinere. Ademais, pairam discussões em relação a validade da desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho da forma prevista nas normas coletivas.

d.2) Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho.

d.3) Indenização por Danos Morais: Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente, configurando-se o Assédio Moral. Por outro lado, tais pedidos baseiam-se em doenças ou acidentes de trabalho, onde o individuo experimenta um prejuízo moral em razão de eventual perda de capacidade laborativa ou marca física deixada por acidente ou operação em função de doença.

d.4) Domingos e feriados em dobro: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto a suposta não concessão do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação do empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro. Entretanto, em raríssimos casos há condenação, já que a existência de descanso semanal remunerado é devidamente observado pelas informantes.

d.5) Indenização por Danos Materiais: Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando. Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, que através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Isto se dá através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida entre os médicos peritos.

d.6) Troca de Uniforme: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de horas pela troca de uniforme, ou seja, o período existente entre a uniformização e o registro da jornada. Ocorre, que no inicio jornada é

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

feito a troca de uniforme antes do registro ponto, e no fim, a referida troca é realizada após o registro. Tal período que até o presente momento não é contabilizado é caracterizado como a disposição do empregador, havendo condenação da Companhia de maneira maciça nas reclamatórias trabalhistas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam ou tenham sido administradores ou partes relacionadas do emissor ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Informações sobre processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4

O emissor e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam partes

A Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, cível ou trabalhista, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as contingências relevantes da Companhia ou suas controladas estão abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica ao emissor por se tratar de empresa com sede no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a eventuais rompimentos de “contratos de prestação de serviço” mantidos pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, bem como eventuais oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos e preços nos mercados onde atua.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor

O emissor não tem uma política formal de gerenciamento de riscos. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em relação ao ultimo exercício, se comparado a 2012 as alterações significativas foram:

- Aumento da Taxa do Dólar;
- Leve recuperação nos preços apurados nas vendas de carnes de aves in-natura;
- Redução do volume de abates de aves in-natura;
- Manutenção de valores dos grãos nos patamares praticados em 2012, exceto com relação ao valor do milho que teve uma redução de aproximadamente 10%;
- Manutenção dos preços dos industrializados no mercado externo;
- Aumento dos preços dos industrializados no mercado interno;
- Manutenção dos contratos de prestação de serviço para terceiros.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	14/07/1990
Forma de Constituição do Emissor	Transformação da Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada, Minuano - Exportação e Administração Ltda., em sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/12/1990

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve histórico do emissor

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação **de Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda.**, sediada na Av. Senador Alberto Pasqualini 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), CEP 95900-000, foro e comarca do mesmo nome, tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/90 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de **Minupar Participações S/A.** Desta forma, a Assembleia Geral Extraordinária de 01/11/90 deliberou a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas, sendo oportunizado aos acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, a troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações “companhia” de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

As atividades desenvolvidas pelo Grupo Minupar vão desde a criação e abate de aves; industrialização e comercialização de carnes de aves; produção e comercialização de ovos; importação e exportação.

Atualmente, o Grupo Minupar Participações S/A tem por objetivo o atendimento à demanda do mercado interno e externo, realizando abate de frangos por prestação de serviço e fabricação de embutidos destinado à exportação para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central. Possuindo Unidades Industriais nos municípios de Lajeado/RS, Arroio do Meio/RS, Passo Fundo/RS, Jaraguá do Sul/SC, Armazém/SC; Incubatório em Estrela/RS; Fábrica de Rações em Arroio do Meio/RS; Matrizes, Ovos Comerciais e Central de Ovos em Bom Retiro do Sul/RS, Estrela/RS, Cruzeiro do Sul/RS e Lajeado/RS.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Descrição dos principais eventos societários pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Nos últimos três exercícios não ocorreram eventos societários pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas relativos a incorporações fusões, cisões, incorporação de ações, alienações ou aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Informação sobre pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e sobre o estado atual de tais pedidos

Não houve, desde a fundação, pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrição das atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos tem como as suas principais atividades: integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria “Minuano” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central. O parque fabril é formado por seis unidades industriais localizados nos estados do Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (2). A controlada presta, ainda, serviços para terceiros nas linhas de produção de ovos incubáveis, pintos de um dia, abate, desossa e industrialização de carnes de aves. As unidades localizadas no Estado de Santa Catarina estão arrendadas a terceiros.

Com relação a produção e comercialização de ovos de mesa, a controlada Companhia Minuano de Alimentos arrendou à terceiros tal operação em abril/2012, cujo contrato foi renovado em abril/2013.

A Companhia Minuano de Alimentos, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado para o mercado interno, na Região Sul, através de distribuidoras que atendem ao micro e pequeno varejo, com a opção de efetuar também a venda direta aos de médio porte. Com o objetivo de criar um sólido relacionamento de negócios com as grandes redes mantém, neste segmento, um atendimento personalizado, através de seu Departamento Comercial.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais do emissor

a.1 *Produtos e Marcas*

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas de frango, mortadelas, presunto, apresuntados, peito de frango defumado, quitute de frango, linguiça fresca, linguiça cozida, pele frita e defumados.

Oferece, ainda, uma grande variedade de produtos para o mercado interno e externo, tendo com principais marcas: Minu, Royal, Minal e Saran o que permite no caso do mercado externo, atuar no mesmo país importador com mais clientes.

a.2 *Serviços de Industrialização*

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (incubatório) e Bom Retiro do Sul-RS (produção de ovos férteis).

b. Receita bruta proveniente dos segmentos de atuação em R$ mil

SEGMENTO	2013	2012	2011
Industrializados	59.302	57.761	60.877
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	187.133	274.986	134.563
Total	**246.435**	**332.747**	**195.440**

c. As operações da controlada Companhia Minuano de Alimentos, no ano de 2013, apresentaram Lucro Bruto na ordem de 18,59% da Receita Operacional Líquida, o equivalente a R$ 41.854 mil. Este resultado, porém, se demonstrou insuficiente frente às despesas financeiras. A Companhia apresentou prejuízo líquido nos últimos três exercícios social.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 Informações sobre os produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2

a. O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois.
(i) Relacionado aos contratos de industrialização, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes, localizadas em granjas próprias, o incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Para o processo relacionado à produção de produtos com marca própria destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos em grande parte de terceiros, inclusive daqueles parceiros das operações de industrialização e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino se nacional ou externo e comercializados resfriados ou congelados.

b. No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo, segue a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

	2013	2012	2011
Rio Grande do Sul	90,03%	85,50%	85,24%
Outros Estados	9,97%	14,50%	14,76%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

	2013	2012	2012
Vendas Diretas	30%	47,18%	47,18%
Vendas Intermediadas	70%	52,82%	52,82%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Produtos Marca Própria - Mercado Externo
As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2011, 2012 e 2013 a 50%, 47% e 45% respectivamente, do faturamento bruto da companhia. Dentre os principais produtos exportados, podemos citar frango inteiro e cortes, salsichas de carne de frango, mortadelas e miúdos de frango como fígado e moela.

As vendas no mercado externo abrangem mais de uma dezena de países, sendo que se destacam entre os principais destinos, Benin, Angola, África do Sul, Holanda, Armênia, Suriname, Hong Kong, Tajikistão, Libéria, Romênia entre outros, através de canais de venda direta e representantes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c. As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado nacional como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes**.**

i. Participação em cada um dos mercados

Considerando os volumes atuais praticados pelos grandes players, tanto a nível nacional como no mercado externo, fica difícil mensurar a participação. Como exemplo, a participação dos produtos de marca própria comercializados no mercado externo, no ano de 2013, representaram somente 0,58% do faturamento total para o exterior, conforme dados estatísticos publicados pela Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF.

ii. Condições de competição nos mercados

Concorrência

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais, a nível nacional, tais como BRF e JBS, dentre outras além de companhias regionais com atuação local.

d. De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

Rações: utilizadas no processo de criação de aves;

Carnes de frangos: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo;

Condimentos e especiarias: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificação de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

No ano, a controlada Companhia Minuano de Alimentos não apresentou clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida, nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo. Já em relação aos parceiros operacionais nas operações de prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com prestação de serviço para a empresa BRF – Brasil Foods S/A., com representatividade acima de 10% da receita líquida do emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor

a. As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. As unidades operacionais operam mediante licenciamentos ambientas nas esferas estaduais nos estados onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Paralelo a essas licenças de operação, as unidades da Companhia estão sujeitas ao Sistema de Inspeção Federal, supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do qual mantém constante monitoramento das operações industriais. Além disso, segue regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b. No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 65 anos de atuação, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental, sanitária e trabalhista. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e ainda de abastecimento público por empresa concessionária. A Companhia procura obter outorga de direito de uso dos recursos hídricos captados em seus empreendimentos.

A Companhia utiliza em seus processos produtos controlados pela Polícia Federal, como a amônia para a geração de frio. Para tanto possui as devidas licenças. Com relação aos resíduos, tanto líquidos como sólidos, são mantidos contratos com empresas certificadas para dar o devido destino a esses resíduos.

c. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia busca proteger suas principais marcas em outros países.

Outras informações relacionadas a marcas e patentes, podem ser verificadas na seção 9.1.b deste formulário de referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Receitas Relevantes provenientes do exterior

a. Com relação ao exercício de 2013, 54,14% ou R$ 121.871 mil da receita líquida é proveniente das operações realizadas no país sede do emissor, ou seja, Brasil.

b e **c**. Com relação à receita líquida proveniente dos clientes estrangeiros do emissor, 45,86% ou R$ 103.225 mil são oriundos dos mesmos, e dentre os principais destinos citamos: Benin, Angola, África do Sul, Holanda, Armênia, Suriname, Hong Kong, Tajikistão, Libéria, Romênia entre outros.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 Efeitos da regulação estrangeira na atividade

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, por efetuar exportações destinadas a países de religião muçulmana, está sujeita à regulação de caráter religioso no tocante a realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”. Tal regulação deve ser cumprida uma vez que o descumprimento da mesma inviabiliza a comercialização de seus produtos nos países que exigem tal preceito. Neste sentido a Controlada toma todas as ações necessárias para o cumprimento de tal preceito, evitando prejuízos aos seus negócios.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor

A Companhia não mantém acordos com instâncias governamentais nacionais e estrangeiras ou comunidades, políticas de responsabilidade sócio-ambiental, informações sobre práticas de sustentabilidade, patrocínio e incentivo cultural.
A Companhia não tem projeto de Sustentabilidade, razão pela qual não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 Descrição do Grupo Econômico no qual se insere o emissor

8.1.a

Acionista	%
Serra do Roncador Participações Ltda.	24,2213
Chao En Ming	9,0375
SSJ Participações e Representações Ltda.	6,6886
Francisco Asclépio Barroso Aguiar	5,3504
Chao En H V Oliveira	4,9375
Paulo Vicente Sperb	4,1837
José Oswaldo Morales Júnior	4,1337
Outros	41,4473

8.1.b Controladas diretas:

Companhia	%
Valepar S/A.	99,9857
Sulaves S/A.	99,9987

Controlada Indireta:

Companhia	%
Companhia Minuano de Alimentos	99,9098

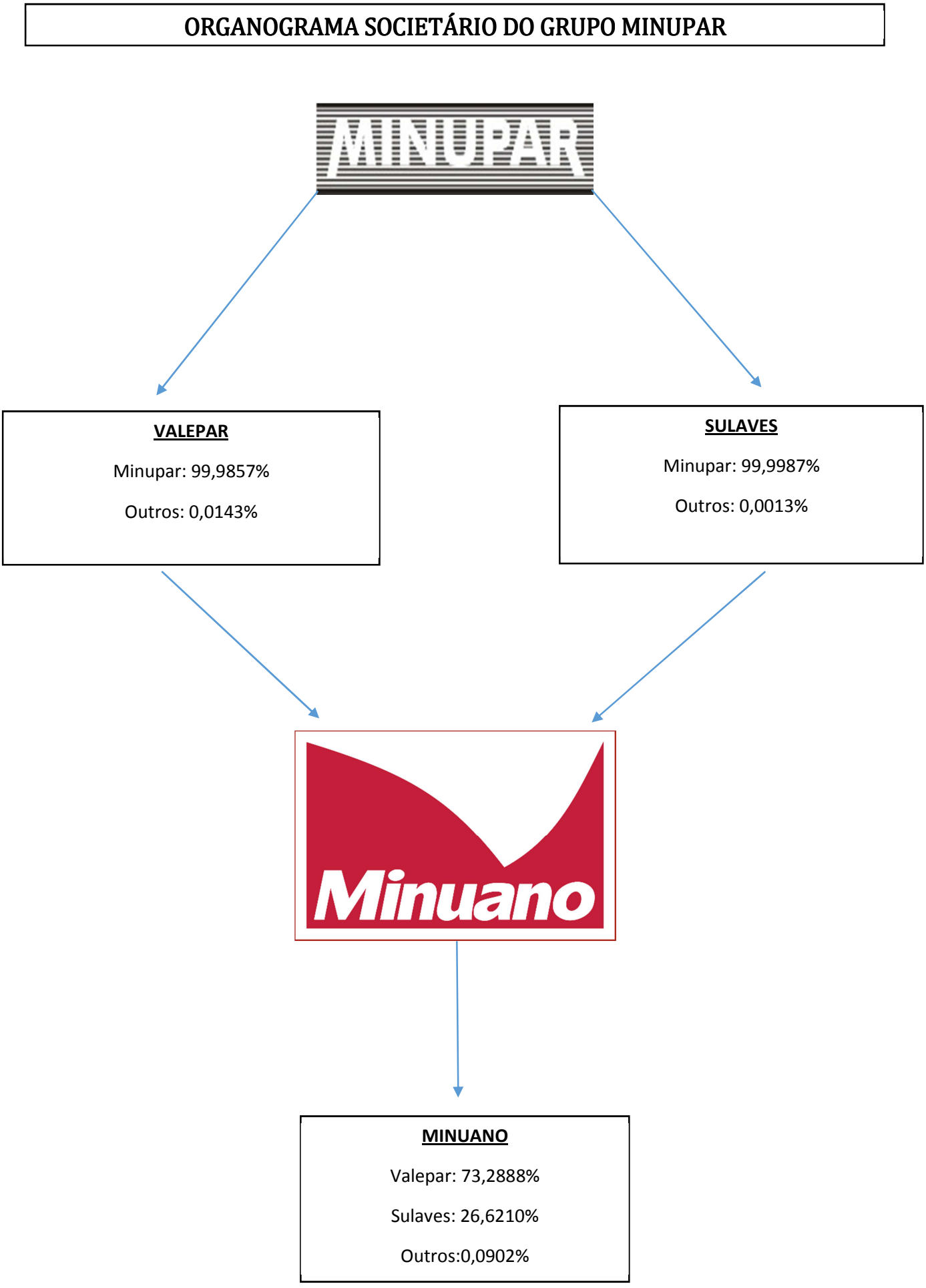
8.1.c

Companhia	%
Valepar S/A.	99,9857
Sulaves S/A.	99,9987

8.1.d Não há sociedades do grupo com participação no emissor

8.1.e Não há sociedade sob controle comum

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não ocorreram operações de reestruturação.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 Descrição dos bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

a) ativos imobilizados

UNIDADES (RS)	VLR RESIDUAL R$	ATIVIDADE	STATUS EM 31.12.13	DESCRIÇÃO
F1 - Lajeado	43.691.617,46	abatedouro/frigorífico de aves	Ativa	Prestação de serviços para a BRF. Funcionários e custos fixos mantidos pela Minuano. A BRF paga pelos serviços de abate e corte de frangos. Capacidade de produção 190 mil frangos/dia - 100% cortes.
F2 - Arroio do Meio	8.120.294,45	industrializados	Ativa	Produz industrializados com a marca própria da Minuano para mercado interno e externo e presta serviços sazonais de terceirização para outras agroindústrias.
F3 - Passo Fundo	15.629.235,55	abatedouro/frigorífico de aves	Ativa	Abatedouro de frangos tipo griller destinados ao mercado externo.
FR/Fab. de Rações - A Meio	9.598.378,13	fábrica de rações e concentrados	Ativa	Prestação de serviços para a BRF.
IC/Incubatório Comercial - Estrela	7.870.779,46	produção de ovos férteis	Ativa	Prestação de serviços para a BRF.
CO/Central de Ovos - Lajeado	1.900.474,44	ovos comerciais	Arrendada	Produziu ovos in natura e líquido com a marca própria até 04/2012. Atualmente a unidade está arrendada à terceiros.
Granjas - Estrela/Bom Retiro do Sul/Cruzeiro do sul	16.854.517,04	recria de aves de reprodução	Ativa	Prestação de serviços para a BRF.
UNIDADES (SC)	**VLR RESIDUAL R$**	**ATIVIDADE**	**STATUS EM 31.12.13**	**DESCRIÇÃO**
F4 - Jaraguá do sul	2.644.705,17	industrializados	Arrendada	Produziu industrializados com a marca própria até 03/2011. Atualmente a unidade está arrendada à terceiros.
F5 – Armazém	1.091.490,24	abatedouro/frigorífico de suínos	Arrendada	Produziu industrializados com a marca própria até 07/2010. Atualmente a unidade está arrendada à terceiros.

As tabelas acima descrevem as unidades produtivas que compõem o ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Os valores informados são líquidos de depreciação e foram apurados na data base de 31/12/2013.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Abaixo, tabela com a composição total consolidada dos bens do ativo imobilizado, por grupo patrimonial, em milhares de reais.

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2013			31/12/2012 (Reelaborado)
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	33,33%	584	(424)	160	169
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	51.111	(20.777)	30.334	37.173
Moveis e utensílios	8,33%	4.094	(1.567)	2.527	2.889
Veículos	20,00%	662	(358)	304	179
Terrenos	0,00%	21.638	-	21.638	21.657
Prédios	2,50%	77.675	(19.204)	58.471	58.446
Imobilizações em andamento	-	3.379	-	3.379	544
Outros	0,00%	14	(9)	5	5
Subtotal imobilizado		**159.157**	**(42.339)**	**116.818**	**121.062**
Intangível		**295**	**(118)**	**177**	**181**
Total		**159.452**	**(42.457)**	**116.995**	**121.243**

Abaixo, tabela com a movimentação consolidada dos bens do ativo imobilizado, por grupo patrimonial, em milhares de reais.

Grupos	Saldo em 31/12/2012	Ajustes *	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/2013
Computadores e periféricos	514	(345)	169	63	(2)	(147)	77	160
Maquinas e equipamentos	42.775	(5.602)	37.173	935	(16)	(3.684)	(4.074)	30.334
Moveis e utensílios	4.690	(1.801)	2.889	110	(3)	(408)	(61)	2.527
Veículos	383	(204)	179	154	(9)	(108)	88	304
Terrenos	21.656	1	21.657	-	-	-	(19)	21.638
Prédios	59.246	(800)	58.446	130	-	(2.529)	2.424	58.471
Imobilizações em andamento	544	-	544	1.276	-	-	1.559	3.379
Outros	6	(1)	5	-	-	(3)	3	5
Subtotal imobilizado	**129.814**	**(8.752)**	**121.062**	**2.668**	**(30)**	**(6.879)**	**(3)**	**116.818**
Intangível	**181**	-	181	5	-	**(12)**	**3**	**177**
Total	**129.995**	**(8.752)**	**121.243**	**2.673**	**(30)**	**(6.891)**	**-**	**116.995**

***** No segundo trimestre de 2013 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, concluiu a adequação de seus registros contábeis do Ativo Imobilizado aos valores constantes no seu registro patrimonial. Em 2011 a controlada iniciou estes procedimentos de adequação que resultaram no registro de R$ 8.741 mil, em 2013, no Patrimônio Líquido consolidado (R$ 8.752 mil, no Patrimônio Líquido da controlada).

O reconhecimento dos referidos ajustes atende o que preconiza o § 1º artigo 186 da Lei 6.404/76 e suas alterações, tendo em vista estes serem retificações de erros imputáveis a exercícios anteriores, e que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abatedouro Frigorifico de Aves - F1	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Indústria de Embutidos - F2	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Abtadeouro Frigorifico de Aves - F3	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Indústria de Rações - FR	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Incubatório - Produção de pintos de um dia	Brasil	RS	Estrela	Própria
Central de beneficiamentode ovos	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Abatedouro Frigorifico de Suinos - Abate e industrialização de carnes	Brasil	SC	Armazém	Própria
Industrialização de carnes suinos e aves	Brasil	SC	Jaraguá do Sul	Própria
Granja produção de ovos férteis - Granja Paraíso	Brasil	RS	Estrela	Própria
Granja de recria de aves de postura - Granja Pinhal	Brasil	RS	Bom Retiro do Sul	Própria
Granja produção de ovos comerciais - Granja São Rafael	Brasil	RS	Cruzeiro do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras e oleos comestiveis, condimentos)	Brasil	22/10/2021 - Pedido em Andamen	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça)	Singapura	29/11/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça)	Itália	13/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça)	Espanha	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça)	Espanha	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (roupas, acessórios, vestuário comum e esportes, artigos de viagem)	Brasil	04/03/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (papel, papelão, livros, álbuns, artigos de escritório, material didático)	Brasil	14/07/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (jogos, brinquedos, passatempos, artigos p/ginástica)	Brasil	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carnes, aves e ovos para alimentação)	Brasil	03/11/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação)	Brasil	08/02/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Serviços, importação e exportação)	Brasil	05/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Serviços de alimentação)	Brasil	26/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça)	Argentina	10/02/2014 - Não Renovada	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça)	Argentina	10/02/2014 - Não renovada	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.
Marcas	MINU LIGHT (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimentos)	Brasil	23/11/2013	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Café e ervas para infusão)	Brasil	23/11/2013	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (massas alimenticias em geral, farinhas e fermentos)	Brasil	24/10/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO LIGHT (carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis e condimentos)	Brasil	07/11/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Frutas Verduras, legumes e cereais)	Brasil	03/12/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimentos)	Brasil	21/09/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Alimentos para animais)	BRASIL	10/06/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação)	Brasil	10/06/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliasres, importação e exportação)	Brasil	29/07/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação)	Brasil	03/09/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FRIGUMZ (Alimentos para animais)	Brasil	25/02/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	FRIGUMZ (Carnes, ovos, aves, gorduras, oleos comestiveis)	Brasil	25/02/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimento)	Brasil	24/06/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestiveis, condimentos)	Brasil	24/01/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	QUITUTE FRANGO (Carnes, aves e ovos para alimentação)	Brasil	14/09/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	RODIZIO (Carnes, aves e ovos para alimentação)	Brasil	09/11/2009 - Prorrogação Req.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RODIZIO (Serviços de alimentação)	Brasil	16/11/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça)	Itália	28/08/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça)	Kuweit	21/07/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carnes, aves e ovos para alimentação)	Brasil	01/08/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça)	Qatar	16/11/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça)	Emirados Árabes	23/11/2014	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUPAR (Seguros, negócios financeiros, negócios monetários, negócios imobiliáiros)	Brasil	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUPAR (Propaganda, gestão de negócios, administração de negócios, funções escritório)	Brasil	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	HOT CHICKEN MINUANO (Carne, ovos, aves, gorduras, óleos comestíveis, condimentos)	Brasil	06/06/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (leite em pó, soro de leite, iogurtes)	Brasil	17/05/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (condimentos, especiarias, essencias alimenticias)	Brasil	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, peixes, frutos do mar, frutas, verduras)	Brasil	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequencias que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Café,chá, cacau, açúcar, arroz, tapioca, sagu, sucedâneos de café; farinhas e preparações etc)	Brasil	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios)	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Bufê, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias)	Brasil	Pedido em Anedamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	FIGURATIVA (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios)	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	FIGURATIVA (Bufe, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias)	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Papel, livros, impressos de todos os tipos, pequenos artigos para escritório, etc)	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Roupas e acessórios do vestuário de uso comum e prática de esportes. Artigos de viagem)	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Jogos, brinquedos e passatempos. Artigos para ginástica, esporte, caça e pesca, etc)	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Ciração, abate, industrialização de aves e suinos.	99,910000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Companhia Operacional, controlada indireta.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	participações societárias	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Holding de controle de companhias operacionais

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Participações societárias	99,980000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Holding de controle de companhias operacionais

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
10.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2013:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O faturamento líquido consolidado da Companhia atingiu R$ 225,1 milhões. Comparado ao ano de 2012, apresentou uma redução de R$ 75,5 milhões. Essa redução está relacionada principalmente ao encerramento, pela Companhia Minuano, das operações de abate e comercialização de carne de aves junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012.

No âmbito estratégico, a Companhia realizou uma reestruturação na condução da gestão integrada do negócio no ano de 2013. Foram contratados novos executivos para atuação nas operações da Controlada indireta, e um novo Conselho de Administração assumiu a gestão dos negócios com foco na geração de resultados e principalmente na busca de soluções dos passivos tributários, e sua adequação à capacidade de caixa da Companhia Minuano.

Receita Líquida
A Receita Líquida totalizou ao final do ano de 2013 R$ 225 MM (R$301 MM, em 2012) correspondendo a uma redução de 25,1%, quando comparado com 2011.

Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros
O resultado Operacional consolidado Antes dos Efeitos Financeiros foi de R$ 8,9 milhões em 2013 e de (-R$ 226,0 milhões) no ano de 2012. Houve uma geração positiva de resultados na ordem de R$ 234,9 milhões. Esta melhoria está relacionada, em parte, a melhor gestão dos gastos da Companhia e da Controlada indireta, a melhor performance nas operações de industrializados e a redução dos volumes comercializados nas linhas de carnes de aves. No ano de 2012, foram registrados R$ 178,7 milhões ao resultado consolidado da Companhia oriundos da exclusão da Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos do REFIS (Lei 11.941/2009).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não há previsão relativa à possibilidade de resgate das ações do emissor.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Prejudicado em virtude da inexistência da possibilidade de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA consolidado da Minupar no ano de 2013 foi de R$ 20,2 milhões ou 9,0% da receita líquida e R$ 23,6 milhões negativos ou -7,9% da receita líquida, melhora de 16,9p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. A melhoria de performance está relacionada principalmente a redução do volume de carne de aves pelo encerramento da operação da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrido no final do agosto de 2012, melhores margens na venda dos produtos industrializados nos mercados interno e externo, e redução das despesas administrativas e comerciais, conforme visto nos comentários do desempenho operacional acima.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs, limites de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

				31/12/2013	
Descrição	**Refer.**	**Encargos**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	Jan/14 a jun/14	3.756	-
Banrisul S/A – CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/14	3.570	-
Bic Banco – Giro		CDI+12,68%aa	jan/14	43	-
Acordos Bancários	b)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	427	3.848
Arrendamento Mercantil		-	-	10	36
Banrisul – Consórcio		-	-	15	15
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.189	5.472
Limites de Crédito		-	-	599	-
Totais				**10.609**	**9.371**

Legenda:

a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;

b) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.

c) A operação Reaver (Caixa/RS) possui juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor, através de sua controlada indireta Companhia Minuano, possui certas restrições quanto a tomada de novos empréstimos de maior monta. Atualmente consegue dispor dos financiamentos listados no item f ii.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados
Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras
Não houveram alterações significativas em itens das demonstrações financeiras.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
10.2 Resultado das operações

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

SEGMENTO	2013	2012	2011
Industrializados	59.302	57.761	60.877
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	187.133	274.986	134.563
Total	**246.435**	**332.747**	**195.440**

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Receita Líquida obtida no ano de 2013 sofreu uma redução de 25,1%, quando comparada ao ano de 2012. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R$ 225MM, sendo que no ano de 2012, este valor fora de R$ 301MM. Esta redução está relacionada diretamente ao encerramento das operações de abate e comercialização de carne de aves, da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012. No ano de 2013, nenhuma outra parceira operacional foi formalizada, sendo assim, os volumes de carne de aves são significativamente inferiores aos realizados no ano de 2012.

As despesas com vendas representam 9,0% sobre a receita líquida (em 2012, 11,4%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carnes no Mercado Externo. Essas operações comerciais apresentam custos mais elevados se comparados as operações comerciais dos produtos industrializados, visto que a maioria dos embarques de produtos de carnes são feitos na modalidade CIF e as vendas de industrializados, na modalidade FOB.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2013 em aproximadamente R$ 2,0 milhões, em relação ao mesmo período de 2012, passando de R$ 9,4 milhões para R$ 7,4 milhões, equivalentes a 4,3% e 3,7% respectivamente da receita operacional líquida. Essa redução está principalmente relacionada à adequação da estrutura administrativa à nova realidade operacional da Companhia e de sua Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações significativas nas receitas atribuídas em 2013 do encerramento das operações de abate e comercialização de carne de aves, da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

Contas	2013	2012	2011
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	246.435	332.747	195.440
Receita Líquida Consolidada	225.096	300.631	181.852
Lucro Bruto Consolidado	41.854	17.171	12.985
Resultado Operacional Consolidado	8.903	(226.063)	(6.750)
Prejuízo Líquido do Exercício	(56.991)	(231.210)	(12.550)
EBITDA Consolidado	20.160	(23.648)	(11.252)
Prejuízo por Ação	(0,0802)	(0,3253)	(0,0247)

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional
Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais
Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2013 não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Não houveram alterações, no ano de 2013, nas práticas contábeis da companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No parecer das Demonstrações Contábeis de 2013 não havia ressalvas e havia as seguintes ênfases:

"Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ***MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. "Companhia"****, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.*

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R$ 38.459 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 17); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R$ 25.383 mil. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providencias para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis criticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes a:

1) Provisões de natureza trabalhista,
2) Provisão para contingências,
3) Provisão para devedores duvidosos,
4) Provisões operacionais e outras avaliações similares (quando aplicável);
5) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais
No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis
A administração da companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa
O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes
As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

h) Impostos a Recuperar
Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes
Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

k) Imobilizado
De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a Compan hia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a

10.5 - Políticas contábeis críticas

análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

l) Intangível
Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n°644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes
Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos
Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM n°564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido
O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado
A receita é reconhecida:
(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "*Impairment"* e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

u) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras: grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Companhia, busca manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa. Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

Nas verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não é mencionado quaisquer falhas nos sistemas de Controle.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há apontamentos de deficiências e recomendações no relatório do auditor.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Destinação dos recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários no último exercício social.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.10 - Plano de negócios

10.10 Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
Em 2013 os investimentos realizados, pela Controlada Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R$ 2,7 mil (R$ 3,6 mil em 2012). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos
A Companhia utiliza, além de recursos próprios.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços, indicando:
Não há previsão de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 De acordo com seu Estatuto Social, elaborado sob as regras da Lei das Sociedades por Ações a Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indireta, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

12.1.a (i) Conselho de Administração:

a Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
b Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários a sua execução;
c Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
d Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
e Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
f Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
g Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
h Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
i Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
j Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
k Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
l Deliberar “ad referendum” da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
m Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
n Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
o Escolher e destituir os Auditores Independentes;
p Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
q Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
r Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
s Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembléia Geral;
t Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;
u Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
v Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
w Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e tecnologia;

x Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;

y Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

12.1.a (ii) Diretoria:

Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social.

12.1.b A Companhia não possui Conselho Fiscal e nem Comitês instalados.

12.1.c Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

12.1.d Ao Diretor Presidente compete:

a Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;

b Submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação;

Aos diretores sem designação compete:

A prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.

Com as exceções previstas no Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

a Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;

b Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;

c Firmar correspondência e atos de simples rotina;

d Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;

e Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores. As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1.e Não há mecanismos de avaliação dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e diretoria formalizados.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2.a A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia é convocada, mediante 3 publicações do Edital que conterá todos os assuntos da ordem do dia, com antecedência de 15 dias, a primeira convocação e com 8 dias a segunda convocação.

12.2.b Compete à Assembléia Geral da Companhia deliberar sobre todos os assuntos previstos na legislação vigente (Lei 6.404/76) e determinações específicas demandadas pela CVM.

12.2.c Os documentos relativos às assembléias gerais estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

12.2.d Procedimento não adotado pelo emissor.

12.2.e Os acionistas poderão também ser representados por procurador.

12.2.f Quando o acionista se fizer representar por procurador, este deve estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.
As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.
A regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembléias gerais.

12.2.g O emissor não mantém fóruns destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

12.2.h O emissor não tem adotado a sistemática de transmissão ao vivo de vídeo e/ou de áudio das assembléias.

12.2.i Não há mecanismos formalizados visando permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	03/04/2014
		Informativo do Vale - RS	04/04/2014
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	05/03/2014
			06/03/2014
		Diário Oficial do Estado - RS	07/03/2014
		Diário Oficial do Município - RS	07/03/2014
		Informativo do Vale - RS	05/03/2014
			06/03/2014
		Valor Econômico - SP	05/03/2014
			06/03/2014
			07/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	05/03/2014
			06/03/2014
			07/03/2014
		Diário Oficial do Estado - RS	07/03/2014
		Informativo do Vale - RS	05/03/2014
			06/03/2014
		Valor Econômico - SP	05/03/2014
			06/03/2014
			07/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	19/04/2013
		Informativo do Vale - RS	19/04/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
		Informativo do Vale - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
		Valor Econômico - SP	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
		Informativo do Vale - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
		Valor Econômico - SP	26/03/2013
			27/03/2013

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - SP	28/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	15/07/2013
		Informativo do Vale - RS	15/07/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	24/04/2012
		Diário Oficial do Estado - RS	03/04/2014
		Informativo do Vale - RS	24/04/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
		Informativo do Vale - RS	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
		Valor Econômico - SP	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
		Informativo do Vale - RS	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
		Valor Econômico - SP	28/03/2012
			29/03/2012
			30/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	25/05/2012
		Informativo do Vale - RS	25/05/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4.a Segundo definido no art. 21 do Estatuto Social o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros.

12.4.b Não existem disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

12.4.c Não há regras estabelecidas de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 Não existe cláusula compromissória inscrita no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Daniel Heberle	43	Pertence apenas à Diretoria	11/04/2014	1 ano
532.919.480-68	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	11/04/2014	Não
Diretor				
Chao En Ming	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2014	1 ano
019.210.358-03	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2014	Não
Nenhum				
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2014	1 ano
018.019.450-04	Contador	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	11/04/2014	Não
Nenhum				
Cynthia Christina da Silva Vello	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2014	1 ano
104.434.508-03	gerente operacional	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2014	Não
WELINTON DOS REIS BALDERRAMA	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2014	1 ano
644.330.058-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2014	Não
MARCELO TOZZO ALFREDO	45	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	11/04/2014	1 ano
735.298.779-72	Engenheiro Químico	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	11/04/2014	Não
Diretor Estatutário				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Daniel Heberle - 532.919.480-68

Formado em Administração de Empresas pela Univates em 2001. Atuando a 27 anos na Companhia Minuano de Alimentos atuando em diversas áreas administrativas, sendo eleito diretor estatutário no ano de 2012, sendo reeleito nos anos de 2013 e 2014. Atuando como DRI a partir da Assembléia de 2014.

Chao En Ming - 019.210.358-03

De nacionalidade brasileira, nascido em 04 de maio de 1956. Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté; Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva; experiência profissional atuando em diversos hospitais; Diretor Administrativo-financeiro de Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários, desde 1992.

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger - 018.019.450-04

De nacionalidade brasielira, nascido em 31 de dezembro de 1946. Iniciou sua atividade profissional na empresa Companhia Minuano de Alimentos em 01 de março.1964, como auxiliar administrativo. A partir de agosto de 1977 integra a diretoria da Companhia Minuano de Alimentos, atuando nas áreas de produção de rações, ovos férteis, suprimentos, pintos de um dia e logística de frota de veículos. No período de dezembro de 1984 a abril de 1997 integrou o Conselho de Administração da Companhia Minuano de Alimentos (companhia aberta). De julho de 1990 a abril de 1997 foi diretor de Minupar Participações S/A., e de maio de 1997 a agosto de 2011 ocupou a presidência do Conselho de Administração. No período de março de 1995 a junho de 2007, integrou a diretoria de Frigumz Alimentos S/A. Condenado em processo administrativo da CVM,

Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03

Formação em Administração de Empresas. Experiência profissional em corretora de valores nas áreas de Tesouraria, Custódia, Mesa de Operações - Mercado Bovespa e Controladoria. Sólidos conhecimentos em Mercado Financeiro e Gestão de Projetos. Experiência com Gestão de Pessoas. Certificação PQO Compliance – Back-oficce.
Experiência Profissional: Solidez CCTVM Ltda - de 1998 – atual

WELINTON DOS REIS BALDERRAMA - 644.330.058-00

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001; experiência em: 11.11.1969 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. – Auxiliar; abril/1.983 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A - Diretor; Novembro/1995 – Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações; 07/2005 – Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais.
Cursos de aperfeiçoamento em: Mercado de Capitais – CITEC - BOVESPA; Análises de Balanço – CITEC - BOVESPA; Matemática Financeira – Mercado de Derivativos – Técnicas de Negociação – Agente Autônomo de Investimentos.

MARCELO TOZZO ALFREDO - 735.298.779-72

Vinte anos de experi° ncia na ind½stria frigor²fica, atuando na §rea de Qualidade, Produ- «o (su²nos, industrializados, frangos e perus) e Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos (marcas: Batavo, Perdig«o e Avipal): 1-Ćrea Qualidade: acompanhamento das rotinas do departamento (controle de processos, tratamento de reclama- »es, procedimentos junto ao SIF, descri- «o dos procedimentos operacionais, HACCP, BPF); 2-Ćrea Industrial: gerenciamento das rotinas de trabalho dos frigor²ficos/abatedouros (gest«o or- ament§ria de gastos e produ- «o, manuten- «o, meio ambiente, recursos humanos, log²stica, projetos de melhoria/amplia- «o e qualidade) com habilita- »es para exporta- «o aos mercados Europeu, Oriente M®dio, Extremo Oriente, R½ssia e outros. Conhecimento da sistem§tica de funcionamento do SAP. 3-Ćrea P&D: desenvolvimento de produtos e embalagens (ling¿i- as frescais e defumadas, salsichas, pat° s, mortadelas, salames, presuntos, apresuntados, lanches, bacon); cortes su²nos p/ exporta- «o e mercado interno; carca- a su²na para R½ssia; cortes de aves p/ exporta- «o e mercado interno; aves inteiras para exporta- «o e mercado interno; desenvolvimento de toda linha de industrializados de peru, cortes de peru e peru de Natal da marca Batavo; desenvolvimento do projeto e dos produtos para produ- «o de processados da marca Avipal (presunto, apresuntado, calabresa e bacon); otimiza- «o dos processos industriais.

FORMA¢ëO ACADąMICA

- Gradua- «o em Engenharia Qu²mica ï Universidade Estadual de Maring§/PR - 1993
- Especializa- «o em Qualidade e Produtividade ï FAE / CDE ï Curitiba/PR - 1997
- Especializa- «o em Marketing ï Universidade Estadual de Ponta Grossa / PR - 1999
- Mestrado em Produ- «o e Gest«o Agroindustrial ï UNIDERP/Campo Grande/MS - 2006

HISTč RICO PROFISSIONAL

1.Companhia Minuano de Alimentos ï Diretor Presidente (mai 2013 ï atual).
2.Companhia Minuano de Alimentos ï Diretoria Industrial ï Abatedouro aves de corte, abatedouro griller, planta de industrializados, incubat· rio, f§brica de ra- »es e granjas (set 2012 ï abril 2013).
3.Companhia Minuano de Alimentos ï Ger° ncia Industrial Abatedouro de Aves ï Unidade de Lajeado; abate e cortes de 170.000 aves/dia. Planta habilitada para Europa (2008 ï set 2012).
4.Eleva S/A (Avipal) ï Ger° ncia Industrial Abatedouro de Su²nos ï Unidade Lajeado/RS; abate e desossa de 1500 su²nos/dia e produ- «o de 100 ton/dia de industrializados. Planta habilitada p/ R½ssia, Singapura e Lista Geral (2006, 2007 e 2008).
5.Eleva S/A (Avipal) ï Ger° ncia Industrial Abatedouro terceirizado ï Unidade Mato Castelhano e J¼lio de Castilhos/RS; abate e desossa de 1300 su²nos/dia Planta habilitada para R½ssia e Lista Geral (2006, 2007 e 2008).
6.Eleva S/A (Avipal) - Ger° ncia Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos (2005, 2006, 2007 e 2008).
7. Eleva S/A (Avipal) ï Ger° ncia Industrial Abatedouro de Aves ï Unidade Dourados/MS; abate p/ griller de 140.000 frangos/dia. Planta habilitada para Lista Geral e Ar§bia Saudita Ÿ estava sendo preparada para Europa (2003 e 2004).
8.Batavo S/A e Perdig«o S/A ï Ger° ncia Industrial (su²nos, industrializados, aves e perus) ï Unidade de Carambe²/PR; abate e desossa de 1.000 su²nos/dia, produ- «o de 100 ton/dia de industrializados, abate de 180.000 frangos/dia para griller, abate e corte de 25.000 perus/dia. Plantas de fgo e perus habilitadas para Europa e de su²nos para R½ssia e Lista Geral (2001, 2002 e 2003).
9.Batavo S/A e Perdig«o S/A ï Ger° ncia de produ- «o su²nos e industrializados ï Unidade de Carambe²/PR; abate e desossa de 1.000 su²nos/dia e produ- «o de 100 ton/dia de industrializados (1999, 2000 e 2001).
10.Batavo S/A ï Ger° ncia de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos ï Unidade de Carambe²/PR (1998 e 1999).
11.Batavo S/A ï Supervis«o de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos ï Unidade de Carambe²/PR (1

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não matem comitês estruturados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares entre os administradores do emissor.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores do emissor e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo emissor.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Não há quaisquer disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1.a As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

13.1.b A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76. A Companhia não tem por prática remuneração variável.

13.1.c Não há indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

13.1.d Sendo a remuneração fixa, sem benefícios adicionais, a mesma acompanha a evolução do mercado levando em consideração o mercado onde a Companhia encontra-se inserida.

13.1.e A política de remuneração alinha-se diretamente aos resultados da companhia e evolução do mercado.

13.1.f A remuneração dos administradores é suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

13.1.g Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,33	1,00	0,67	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	323.835,59	46.115,73	23.000,00	392.951,32
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	323.835,59	46.115,73	23.000,00	392.951,32

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	1,00	2,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.045.833,33	91.000,00	83.300,00	1.220.133,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.045.833,33	91.000,00	83.300,00	1.220.133,33

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,67	2,00		5,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	627.302,46	66.293,32		693.595,78
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	627.302,46	66.293,32		693.595,78

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 A Companhia não pratica remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

A Companhia não tem plano de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Informações, por órgão, sobre as participações detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Empresa	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Minupar Participações S/A.	75.565.312	-	-
Companhia Minuano de Alimentos	38.018	-	-
Valepar S/A.	29.316	-	-
Sulaves S/A.	75	-	-
SSJ Participações e Representações Ltda.	5.619.810	-	-
Serra do Roncador Participações Ltda.	1.089.000	-	-

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 A Companhia não pratica remuneração baseada em ações, motivo pelo qual não há reconhecimento nos resultados dos últimos três exercícios.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Não há opções de compra de ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em aberto no final do último exercício.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Nos itens 13.6 a 13.8 a Companhia informa que não há planos de remuneração dos administradores baseado em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 A Companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	1,00	1,00	2,00	3,33	6,00	3,67	0,67	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	26.833,33	91.000,00	34.560,00	136.412,00	330.000,00	247.500,00	11.500,00	35.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	19.282,40	91.000,00	31.733,32	10.000,00	75.833,33	31.333,25	11.500,00	9.900,00
Valor médio da remuneração(Reais)	46.115,73	91.000,00	33.146,66	97.150,68	190.151,51	170.927,10	34.500,00	52.610,53

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13

Órgão	2011	2012	2013
Conselho de Administração	86%	86%	46%
Conselho Fiscal	-	7%	-%
Diretoria Executiva	53%	7%	58%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Nos três últimos exercícios, não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Nos últimos três exercícios, não foram reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. RECURSOS HUMANOS

14.1 Nos três últimos exercícios o emissor não manteve funcionários.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Não ocorreram alterações com relação ao divulgado no item anterior.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários, não há políticas de remuneração definidas.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários não há relacionamento com sindicatos.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Chao En H V Oliveira					
050.245.498-99		Não	Sim	05/12/2012	
35.057.000	4,940000%	0	0,000000%	35.057.000	4,940000%
Serra do Roncador Participações Ltda.					
11.277.211/0001-92	Brasileira-SP	Não	Sim	21/02/2013	
171.973.515	24,220000%	0	0,000000%	171.973.515	24,220000%
Chao En Ming					
019.210.358-03	Brasileiro-SP	Não	Não	05/12/2012	
64.167.112	9,040000%	0	0,000000%	64.167.112	9,040000%
Paulo Vicente Sperb					
135.969.770-53	Brasileira-RS	Não	Não	16/05/2014	
29.704.334	4,180000%	0	0,000000%	29.704.334	4,180000%
SSJ Participações e Representações Ltda.					
93.522.506/0001-41	Brasileira-RS	Não	Não	24/05/2013	
47.489.980	6,690000%	0	0,000000%	47.489.980	6,690000%
Francisco Asclepio Barroso Aguiar					
170.810.253-15	Brasileira-BA	Não	Não	02/01/2013	
37.988.727	5,350000%	0	0,000000%	37.988.727	5,350000%
José Oswaldo Morales Junior					
066.016.438-82	Brasileira-SP	Não	Não	20/05/2014	
29.350.000	4,130000%	0	0,000000%	29.350.000	4,130000%
OUTROS					
294.279.332	41,450000%	0	0,000000%	294.279.332	41,450000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
710.010.000	100,000000%	0	0,000000%	710.010.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Serra do Roncador Participações Ltda.				**11.277.211/0001-92**	

Chao En Ming

019.210.358-03	Brasileira-SP	Não	Não		
1.089.000	99,000000	0	0,000000	1.089.000	99,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Livia Toschie Suguita Chao

076.434.648-20	Brasileira-SP	Não	Sim		
11.000	1,000000	0	0,000000	11.000	1,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS

0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

TOTAL

1.100.000	100,000000	0	0,000000	1.100.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
SSJ Participações e Representações Ltda.				**93.522.506/0001-41**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger					
018.019.450-04		Não	Não		
5.619.810	50,980000	0	0,000000	5.619.810	50,980000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
10.852.000	100,000000	0	0,000000	10.852.000	100,000000
Vera Beatriz Jaeger Sperb					
963.309.290-68		Não	Não		
5.232.190	49,020000	0	0,000000	5.232.190	49,020000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	11/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.449
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	58
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	710.010.000	100,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	710.010.000	100,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 O emissor optou por não anexar organograma dos acionistas com participação igual ou superior a 5%.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Alterações Relevantes

Acionista	2011	%	2012	%	2013	%
Francisco Asclépio Barroso Aguiar	36.863.227	7,27	37.291.627	5,25	37.988.727	5,35
Paulo Vicente Sperb	25.529.334	5,03	26.350.934	3,71	29.704.334	4,18
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	8.730.000	1,72	9.398.200	1,32	11.398.200	1,61
Chao En Ming	24.543.853	4,84	64.167.112	9,04	64.167.112	9,04
Ernani Catalani Filho	5.717.800	1,13	4.717.800	0,66	-	-

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, seguindo, entretanto, as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas, sempre baseadas no objeto de cada transação, são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

Em regra, a Companhia não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Paulo Vicente Sperb	18/10/2011	255.000,00	R$ 324 mil em 31/12/2013	Não foi possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração CDI mensal						
Indústria de Alimentos Arroio do Meio S/A.	01/11/2010	14.751.351,75	R$ 16.190 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionistas pessoas físicas em comum						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração não definida.						
Agostinho Carrer Participações Ltda.	01/08/2011	10.000.000,00	R$ 11.608 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	.						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração TJLP.						
Le Monde Particip e Adm Ltda	27/10/2010	2.593,92	R$ 3 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sócios pessoas físicas em comum						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração não definida.						
SSJ Participações e Represent. Ltda	16/12/2011	4.466.000,00	R$ 244 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do emissor						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração não definida.						
Indùstria de Alimentos Arroio do Meio S/A.	27/12/2012	20.843.000,00	R$ 23.990 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionistas pessoas físicas em comum						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração não definida.						
Serra do Roncador Part. Ltda	31/05/2012	32.958.522,29	R$ 27.014 mil em 31/12/2012	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	1,500000
Relação com o emissor	Acionista do emissor						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração de 1,5% ao mês						
Le Monde Particip e Adm Ltda	27/10/2010	170.000,00	R$ 170 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sócios pessoas físicas em comum.						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração não definida.						
SSJ Participações e Represent. Ltda	27/12/2010	1.694.914,96	R$ 1.695 mil em 31/12/2013	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sócios pessoas físicas em comum.						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração não definida.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Informações sobre as transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 ocorridas no último exercício social

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à alta Administração da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Os administradores da Companhia, por sua vez, ao deliberarem acerca da celebração de um contrato entre partes relacionadas estão munidos de opiniões e pareceres técnicos que suportam que determinada operação comercial/financeira celebrada com partes relacionadas, é a melhor opção para a Companhia.

É vedado a qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
27/08/2012	120.107.800,00		710.010.000	0	710.010.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/09/2011	83.593.000,00		507.150.000	0	507.150.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/09/2010	Conselho de Adminsitração	05/11/2010	39.412.800,00	Subscrição particular	115.920.000	0	115.920.000	40,00000000	0,34	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Para definição do valor de subscrição foi considerado o desempenho futuro da compnhia, após aumento do capital social,.									
Forma de integralização	No ato da Subscrição									
28/06/2011	Conselho de Administração	28/09/2011	34.486.200,00	Subscrição particular	101.430.000	0	101.430.000	25,00000000	0,34	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Valor médio das ações no período de 180 dias que antecederam a aprovação do aumento de capital, com arredondamento para o valor praticado no aumento de capital anterior.									
Forma de integralização	No ato da subscrição em moeda corrente nacional									
27/08/2012	Conselho de Administração	29/11/2012	36.514.800,00	Subscrição particular	202.860.000	0	202.860.000	40,00000000	0,18	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	A administração considerou adequado fixar o preço de emissão tendo como base a média do preço de mercado e volume negociado na BM&BOVESPA nos últimos 60 dias (julho e agosto - R$ 0,18/ação), não considerando ágio na fixação do preço em virtude do volume de emissão									
Forma de integralização	Em moeda corrente no ato da subscrição									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não efetuou desdobramento, grupamento ou bonificação de ações nos 3 últimos exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreu redução de capital social na Companhia durante os últimos 3 exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Conforme definido pela Lei 6404/76
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto os direitos previstos em lei, não há outros direitos assegurados.
Outras características relevantes	Não há outras caracteristicas relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 Não há exceções e cláusulas suspensivas nos estatutos relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.853.419	0,12	0,09	R$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.238.143	0,10	0,07	R$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.839.995	0,09	0,05	R$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.931.815	0,12	0,08	R$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.108.979	0,33	0,29	R$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.714.947	0,30	0,19	R$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.107.743	0,23	0,15	R$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.495.718	0,18	0,10	R$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	40.970.096	0,35	0,31	R$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.887.064	0,35	0,31	R$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	38.477.159	0,36	0,30	R$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.366.313	0,34	0,30	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação na BM&FBOVESPA, em São Paulo.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 Os valores mobiliários de emissão da Companhia não são admitidos à negociação em outros países.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de aquisição pela Companhia, de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem planos de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não manteve ações de sua emissão em tesouraria e nem efetuou transações desta natureza nos últimos 3 exercícios.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No encerramento do último exercício não haviam ações em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou nenhuma política de negociação de valores mobiliários, de sua emissão, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do conselho de administração e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 A Companhia tem como propósito elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por todos os administradores, pessoas a eles vinculadas e relacionadas em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de informações relevantes.

Princípios da comunicação corporativa
Ética - Todas as pessoas vinculadas à Companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade.
Igualdade de Tratamento - A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.
Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da companhia, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto na legislação em vigor.
Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado.

Práticas de divulgação de resultados da Companhia
A Companhia utiliza para comunicação com o público investidor as práticas abaixo:

Relatórios Obrigatórios
Os relatórios obrigatórios são encaminhados pela Companhia na forma e prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável, simultaneamente à CVM, BM&BOVESPA e site da Companhia

Informativos
(i) Notas de atos ou fatos relevantes e avisos são publicados em jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.
(ii) Editais de convocação de assembléias gerais, são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.
(iii) As demonstrações contábeis, atas de assembléias e atas de reuniões de Conselho de Administração são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e em jornais de grande circulação na sede da Companhia.
Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

aos relatórios obrigatórios descritos acima.

Site da Companhia

O site da Companhia é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público em geral e, em especial, com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade. Deve ser mantido continuamente atualizado e conter, minimamente: a totalidade das informações da Companhia enviadas para a CVM.

Rumores

Salvo deliberação da diretoria, a Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2 Informação relevante consiste em qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários. É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da Companhia

Todas as informações sobre ato ou fato relevante da Companhia serão consubstanciadas em um documento elaborado pelo Diretor de Relações com Investidores (o “Documento de Divulgação”), o qual poderá solicitar a participação dos Diretores da Companhia, envolvidos ou não no ato ou fato que deu origem ao ato ou fato relevante.

Uma vez elaborado, o documento de divulgação será encaminhado pelo Diretor de Relações com Investidores para a sua publicidade no mercado de valores mobiliários.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a informação relevante ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia observarão os critérios que versam sobre a disponibilização de informações privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos valores mobiliários.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações ao mercado, assessorado pelos demais Diretores da Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 – Nos três últimos exercícios não ocorreram aquisições ou alienações de ativos que não se enquadrem como operação normal nos negócios do emissor.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 – Nos três últimos exercícios não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 – Nos três últimos exercícios não foram celebrados, pelo emissor e suas controladas, contratos não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 – Todas as informações julgadas importantes pelo emissor, foram prestadas nos demais itens.